

# **A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO EMPRESARIAL E OBJETO DE TOMADAS DE DECISÕES.**

Paola Guariso Crepaldi<sup>1</sup>  
Jaqueline Marques dos Santos<sup>2</sup>

## **Resumo**

Este presente artigo tem como objetivo analisar os instrumentos da contabilidade como gestão empresarial, especificando as demonstrações contábeis que auxiliam o empresário em sua tomada de decisões, utilizando-se de dados obtidos através de uma pesquisa realizada com empresários e administradores de diversos ramos de atividades, expondo suas opiniões e definições sobre a contabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade, Demonstrações contábeis, Gestão empresarial.

## **ABSTRACT**

This present article has the objective to analyze the instruments of accountability of business management, specifying the countable demonstrations which guide the business man in their decision making, using data obtained from a survey of entrepreneurs and managers of different branches of activities, expressing their opinions and definitions on accounting.

**KEY WORDS:** Accountability, Accounting Demonstrations, Business Management

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Inesul, Especialista em Comércio Exterior e Logística Internacional pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR 2007) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Norte do Paraná - (Unopar 2006) E-mail: [paolaguariso@hotmail.com](mailto:paolaguariso@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Ensino de Londrina – INESUL. E-mail: [jaquelinemarques21@gmail.com](mailto:jaquelinemarques21@gmail.com)

## **1. BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE E O MEIO EMPRESARIAL**

Pode-se dizer basicamente que a contabilidade vem desde os primórdios da humanidade, pois com o começo das produções, armas, cultivo e rebanhos, o homem vem se utilizando de técnicas para a contagem de seus bens e devidas comercializações.

Passando por transformações no decorrer do tempo, a Contabilidade teve seu florescer na Europa, onde a partir dos séculos XIII até o início do século XVII, as cidades enchiam-se de atividades mercantis e econômicas, surgindo então os empresários da época, que com a demanda do mercado comercial necessitavam de um auxiliador, alguém que os ajudassem com os trâmites e processos de seus negócios. Com as variações que aconteciam rapidamente nos setores comerciais e industriais, e com as constantes mudanças políticas, religiosas e científicas, intimamente ligada ao capitalismo em meados do século XV, a Contabilidade tornou-se imprescindível ao controle das receitas e despesas para a nova organização social.

Em 1494, o italiano Frei Luca Pacioli, escreveu o *Tractatus de Computis et Scripturis*, no qual divulgou os princípios básicos do método das partidas dobradas, que consistem dar a cada débito um crédito correspondente de igual valor, ou seja, não há devedor sem credor e vice-versa. Um dos métodos que pode ser utilizado para a elaboração da escrituração contábil. Nasce então a “Escola Italiana de Contabilidade”.

No início do século XX com o surgimento das imensas corporações norte-americanas aliado ao extraordinário desenvolvimento capitalista mercantil formou-se um grande campo para o avanço das teorias e práticas contábeis, onde o contador começou a ter um papel mais assíduo no meio empresarial, sendo um profissional de grande importância dando completa assessoria ao empresário, pois uma empresa só vai bem se tiver um bom contabilista.

Com a criação do AICPA – Instituto dos Contadores Públicos Americanos (*American Institute of Certified Public Accountants*), gradualmente, conseguem formar uma doutrina de princípios contábeis, que é baseado no desenvolvimento do trabalho em equipe, obtendo uma exposição didática clara dos autores de Contabilidade que contribuíram para a formação da Escola Contábil Americana.

No Brasil, a contabilidade tem adotado as características da Escola Européia de Contabilidade, com a criação da Escola de Comércio Álvares Penteado em 1902. Mais tarde, no ano de 1946 foi inaugurado a Faculdade de Economia e Administração da USP por onde a Escola Contábil Americana começou a infiltrar-se em

nosso país. Dando início a Circular nº 179/72 do Banco Central a qual se tornou evidente com a chegada da Lei nº 6.404/76.

“... era então o órgão encarregado de regular e fiscalizar empresas abertas. Como fora de preencher o vazio relativo as normas contábeis, com esta Circular o BACEN marcou o início da evolução da técnica contábil no Brasil. A Circular estabelecia critérios básicos de escrituração de transações e de validação dos elementos patrimoniais, a serem obedecidos pelas empresas abertas, oferecendo um padrão contábil uniforme para uso no mercado de capitais. Na ausência de normas contábeis específicas, muitas empresas fechadas passaram a adotar esses critérios.”(GOUVEIA; 2012.)

A Lei das Sociedades por ações sofreu alterações com a aprovação da Lei nº 11.638/07, e mais recentemente ainda com o surgimento da Lei 11.941/09 que incluiu, revogou e vedou partes da referida lei.

## **2. PROCESSOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

O princípio de toda a contabilidade é a escrituração, é através dela que são registrados em livros e fichas os fatos e operações que provocam alteração no patrimônio da empresa. Situa em ordem cronológica, evidencia tecnicamente os dados numéricos e mostra as variações sofridas dando a contabilidade uma estrutura do patrimônio.

O artigo 177 da Lei 6.404/76 diz que a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

E com a Redação dada pela Lei 11.941/09 diz que:

“§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.”

A escrituração contábil passou por várias transformações no decorrer dos tempos. Primeiramente os registros contábeis eram todos escriturados a mão, era conhecido como o processo manual. Em seguida surgiu o processo semimecanizado, utilizando a máquina de escrever.

Hoje a escrituração tornou-se mais sofisticada por assim dizer, pois com o avanço da tecnologia, os registros dos fatos passaram a ser totalmente mecanizados, ou, processo eletrônico, proporcionando vantagens que tornam o trabalho mais fácil, possibilita a apuração de saldos mais rápidos e permite visualização de vários arquivos simultâneos, sendo possível análise em qualquer lugar, apenas com acesso a internet.

### **3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUAS FINALIDADES**

Para ter uma análise contábil, primeiro é preciso entender as demonstrações contábeis / financeiras, suas finalidades e todos os seus conceitos.

É a partir deste ponto que se pode mensurar qual decisão é mais viável para uma empresa, se ela esta sendo rentável ou não, se há necessidade de investir ou de obter empréstimos.

Um relatório contábil bem elaborado e de simples entendimento auxília na tomada de decisão do empresário, cabendo a ele verificar quais procedimentos que se deve seguir para que sua empresa cresça e por qual caminho terá mais garantia de sucesso.

Marion (2012, p. 41) define:

“Relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Objetiva relatar às pessoas que se utilizam da contabilidade (usuários da contabilidade) os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período”

É a partir dos princípios fundamentais da contabilidade que são elaborados todos os relatórios contábeis que especificam as contas, evidenciando em relatórios todo o histórico da empresa ligados a escrituração.

Ribeiro (1993, p. 10) entende que:

“As demonstrações financeiras são peças elaboradas com dados extraídos da escrituração da entidade. Para analisá-las, é preciso que você conheça com detalhes os elementos que as compõem.

Deste modo, quanto maior for seu conhecimento de Contabilidade, mais facilidade você terá para analisar, interpretar e emitir opiniões sobre estas peças.”

E de acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76 estabelece que, ao final de cada exercício social, a Diretoria da empresa deve elaborar com base na escrituração mercantil, as seguintes Demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício.

São elas:

- ◆ Balanço Patrimonial (BP)
- ◆ Demonstração do resultado do exercício (DRE)
- ◆ Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)

Em 2007 com a aprovação da Lei nº 11.638, passou a ser obrigatória e foram incluídos as:

- ◆ Demonstração do fluxo de caixa (DFC)
- ◆ Demonstração do valor adicionado (DVA)
- ◆ Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), sendo as duas últimas, somente se for companhia aberta.

Além destas demonstrações relacionadas, temos ainda as notas explicativas, que servem como complementos e são dispostas no rodapé das demonstrações financeiras.

Ainda no art. 177 da Lei nº 6.404/76 temos:

“§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.”

“§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.(Redação dada pela Lei 11.941/09)

“§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.”(Incluído pela Lei 11.638/07)

“ § 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.” (Incluído pela Lei 11.638/07)

### 3.1 Aspectos gerais do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a principal demonstração contábil, ele é constituído por duas colunas denominadas ativo e passivo de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Já em convenção é denominado Ativo para o lado esquerdo e Passivo + Patrimônio Líquido para o lado direito.

| BALANÇO PATRIMONIAL |                              |
|---------------------|------------------------------|
| ATIVO               | PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO |

*Quadro 1, Estrutura do Balanço Patrimonial.*

O Balanço Patrimonial reflete a posição financeira em determinado período, geralmente no final do exercício, ou em data pré-fixada, expõe todos os bens e direitos, valores a receber e obrigações geradas da empresa.

#### 3.1.1 Denominação de Ativo

São todos os bens e direitos da empresa, devidamente classificadas em Ativo Circulante e Não Circulante, estão em ordem decrescente do grau de liquidez dos elementos nelas registrados. É através do ativo que o empresário pode visualizar onde seus recursos e disponibilidades foram aplicados em seu Patrimônio.

O Ativo Circulante compreende as seguintes contas: Caixas, Bancos, Duplicatas a Receber, Estoque, Aplicações Financeiras a Curto Prazo, Despesas do Exercício Seguinte.

No Ativo Não Circulante com a aprovação da Lei 11.941/09 o grupo Realizável deixa de existir, passando a dividir o Ativo Não Circulante em: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizados e Intangível.

#### 3.1.2 Denominação de Passivo

São todas as obrigações, ou seja, os elementos negativos da empresa, classificados em Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. É através da verificação do passivo que o empresário analisa as dívidas e obrigações geradas por seu patrimônio.

O Passivo Circulante compõe basicamente das seguintes contas: Fornecedores, Salários a Pagar, Encargos Sociais a Recolher, Imposto a Recolher, Empréstimos Bancários e Outras Obrigações.

A Lei nº 11.941/09 substituiu o Exigível a Longo Prazo pela denominação de Passivo Não Circulante como conta de grupo. São as obrigações que deverão ser liquidadas após o próximo exercício social da empresa se este for superior a um ano. É formado pelas contas: Financiamentos, Debêntures e Outras Obrigações a Longo Prazo.

### 3.1.3 Denominação de Patrimônio Líquido

São classificadas as contas que representam os Capitais Próprios da empresa, oriundos de recursos investidos pelo proprietário, pelos sócios ou ainda os resultados obtidos através das atividades normais da empresa. Pela Lei das Sociedades por Ações, o Patrimônio Líquido está incluso no lado direito do Balanço Patrimonial, entendendo-o como Passivo.

As contas poderão ser agrupadas em: Capital Social, Reserva de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Incentivos Fiscais, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados, sendo este último abolido a conta Lucros Acumulados, ficando apenas a conta Prejuízos Acumulados para as empresas S/A e LTDA de Grande Porte conforme à Lei nº 11.638/07, já as demais empresas a conta continua como Lucro ou Prejuízos Acumulados.

## 3.2 Aspectos gerais da Demonstração do Resultado do Exercício.

A Demonstração do Resultado do Exercício mais conhecida como DRE, é um relatório contábil que evidencia a situação econômica da empresa. Possui uma estrutura vertical, isto é, subtrai-se e soma-se, tendo uma apresentação que confronta as Receitas e Despesas de um determinado período, geralmente a um ano, não sendo cumulativo para o exercício seguinte.

Seu objetivo é fornecer aos usuários das demonstrações financeiras, tais como empresários, sócios, contadores, bancários; os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício, ou seja, o Lucro ou o Prejuízo gerado pela empresa.

O artigo 187 da Lei da S/A discrimina a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício visando atender seu objetivo, que de forma resumida se inicia com o valor total da receita bruta das vendas e serviços, deduzindo os impostos, respectivos abatimentos e o custo da mercadoria vendida, apurando-se a margem bruta, ou seja, o lucro bruto. Para em seguida descontar as despesas operacionais, obtendo um Lucro antes do Imposto de Renda, este sendo calculado, temos o Lucro após o Imposto de Renda, chegando ao fim no Lucro Líquido do Exercício.

### 3.3 Aspectos gerais da DLPA e DMPL.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia o lucro apurado no exercício e sua destinação, ou seja, o lucro final, após todas as deduções e participações, que sobra para os proprietários.

Sua estrutura é bem simples, seu saldo inicial é o saldo final do ano anterior, mais o lucro líquido ou prejuízo do exercício corrente, menos os dividendos que é igual ao saldo final de lucros do período. Sendo esta uma demonstração de fácil entendimento para o empresário analisar os lucros ou prejuízos gerados pela empresa.

Já a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido ocorridas durante o exercício. Embora a DMPL não seja uma demonstração obrigatória, ela é mais completa que a DLPA. Assim, todo acréscimo e diminuição do PL, bem como a formação e utilização de reservas são evidenciadas por meio dessa demonstração.

Ainda de acordo com o inciso 2º do artigo 186 da Lei 6.404/76 estabelece que a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

### 3.4 Aspectos gerais da Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.



Também conhecida como DFC, a Demonstração do Fluxo de Caixa é um relatório que por determinação da Lei nº 11.638/07 está obrigada a sua elaboração e publicação, a companhia fechada com Patrimônio Líquido, na data do balanço, que possuir valor superior a R\$ 2 milhões.

De acordo com MARION, 2012, p. 453, “de forma condensada, a DFC indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro”.

De certa forma o empresário utiliza-se desta demonstração para analisar o fluxo de entradas e saídas do caixa de sua empresa.

A Lei nº 11.638/07 torna obrigatória a Demonstração do Valor Adicionado, a DVA para companhia abertas. Pela definição de MARION:

“Esta lei determina que a empresa deverá evidenciar o valor da riqueza gerada e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desta riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.”(2012, p. 514)

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A seguir serão apresentados os dados dos resultados obtidos com a pesquisa realizada junto a uma amostragem de empresários, abrangendo o setor Industrial, Comercial e Prestadoras de Serviço, sendo empresas de grande porte, pequeno porte e micro empresa, todas situadas na cidade de Londrina. Possuem como ramo de atividade a fabricação e comercialização de móveis e acabamentos de construção, materiais de limpeza e perfumaria, aparelhos auditivos em geral, prestadoras de serviços de engenharia elétrica e civil, transportes de encomendas e estacionamentos de veículos. Analisado as seguintes perguntas: “Qual demonstração contábil é mais utilizada em análise para a tomada de decisão dentro de sua empresa? O Balanço Patrimonial, a DRE ou a DLPA?” e “A opinião do contador, bem como sua assessoria servem para a tomada de decisão realizada na empresa?” Ficando expostas suas definições e entendimentos sobre as demonstrações contábeis e qual a influência do contador.

## 5. GESTÃO EMPRESARIAL E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O grande objetivo do empresário é ver sua empresa no caminho do sucesso, prosperar e obter lucros através do desenvolvimento de suas atividades. Mas crescer também significa ter controle de suas obrigações, analisando seu patrimônio e tomando decisões que visam o bem estar de seus negócios.

Frequentemente, os administradores vêm tomando decisões vitais e importantes para o sucesso de sua empresa. Decisões necessárias para o funcionamento, tais como, preço de um produto, quantidade de aquisição de mercadorias, contrair dívidas a longo ou a curto prazo, reduzir custos, produzir mais, entre outras. Mas para que tal decisão seja tomada de maneira certa, é necessária a coleta de dados, de informações corretas e análises minuciosas que contribuam para uma boa tomada de decisão em seu patrimônio.

Conforme MARION:

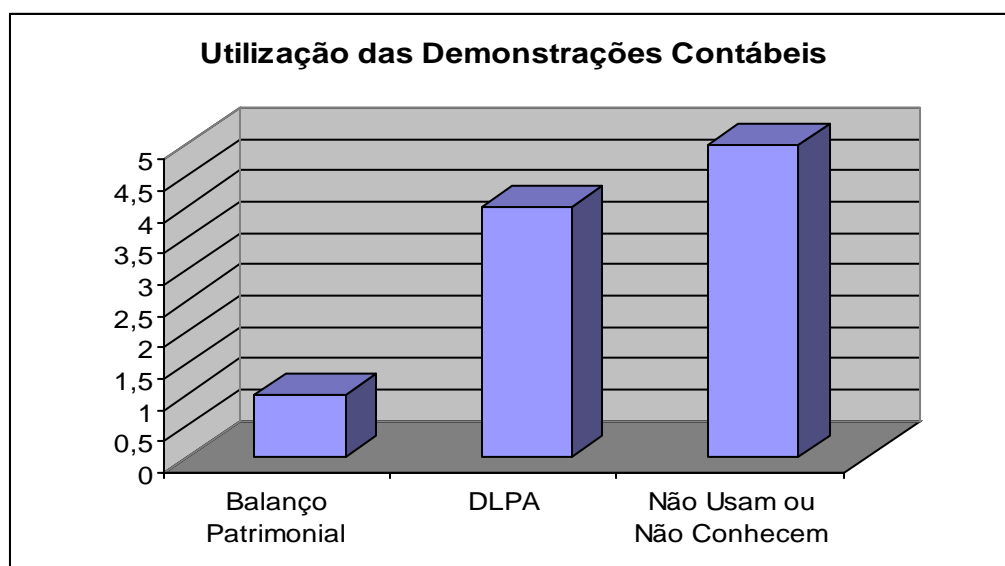
“A contabilidade é o grande instrumento que auxília a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.” (2012, p.25)

E ainda de acordo com Marion a contabilidade mede os resultados avaliando o desempenho da empresa, dando diretrizes para a tomada de decisões, tornando-se a linguagem dos negócios.

Em certa freqüência, há várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Os empresários vêm criticando muito a carga tributária de nosso país, juros abusivos e falta de recursos que contribuem para a decadência da empresa. No entanto pesquisas revelam que o verdadeiro mal dos negócios vem da gerência.

Uma má administração, que nas decisões a serem tomadas, utilizam-se de dados não confiáveis, irreal e que são elaboradas apenas para atender ao fisco, que de certa forma reflete na posição da empresa, trazendo consigo um grande pesar para os negócios, pois além de não ter a real situação econômica da empresa, as decisões a serem feitas através destas demonstrações acarretam apenas em prejuízos para o patrimônio.

Pesquisa realizada nos mostram que 50% dos empresários entrevistados não possuem noções nenhuma de tomada de decisão através das demonstrações contábeis, ou que, ainda não conhecem as demonstrações financeiras, quais seus objetivos e benefícios. Os dados nos mostram ainda que apenas 40% dos empresários utilizam a DLPA, por ser uma demonstração de fácil entendimento e que evidencia o lucro, obtendo assim uma rápida análise para a tomada de decisão. Restando apenas 10% que preferem o Balanço Patrimonial como ferramenta auxiliadora no análise para efetuarem suas decisões.



*Gráfico 1: Utilização das Demonstrações Contábeis*  
*Fonte: Pesquisa.*

Durante a pesquisa também foi constatado que os empresários, principalmente de micro-empresa e empresas de pequeno porte, ambas conhecidas respectivamente como ME e EPP, não utilizam as demonstrações contábeis para a tomada de decisão, pois o que mais levam em conta é o desenvolvimento de suas atividades comerciais durante o dia-a-dia, buscam fazer escolhas de acordo com as necessidades momentâneas das empresas, sejam elas, pela quantidade de vendas à vista ou a prazo, fornecedor e cliente, montante do estoque, obrigações a pagar e o que tem disponível em caixa.

Os dados ainda nos mostram que a utilização das demonstrações contábeis das empresas elaboradas pelo contador, tais como Balanço Patrimonial, DRE,

DLPA, Fluxo de Caixa entre outras, são viáveis apenas para quando precisam de créditos, financiamentos ou empréstimos junto a bancos, aquisições com novos fornecedores e investidores, bem como satisfazer as exigências do fisco.

## **6. FUNÇÃO DO CONTADOR E A TOMADA DE DECISÃO**

O contador tem se tornado uma peça fundamental e de grande auxílio para os empresários, pois além de elaborar a escrituração contábil da empresa, ele vem ajudando-os em seus negócios, atualizando-se da legislação para atender seu cliente e orientando os empresários acerca de qual decisão venha satisfazer o bom andamento do sucesso da empresa.

Para Marion:

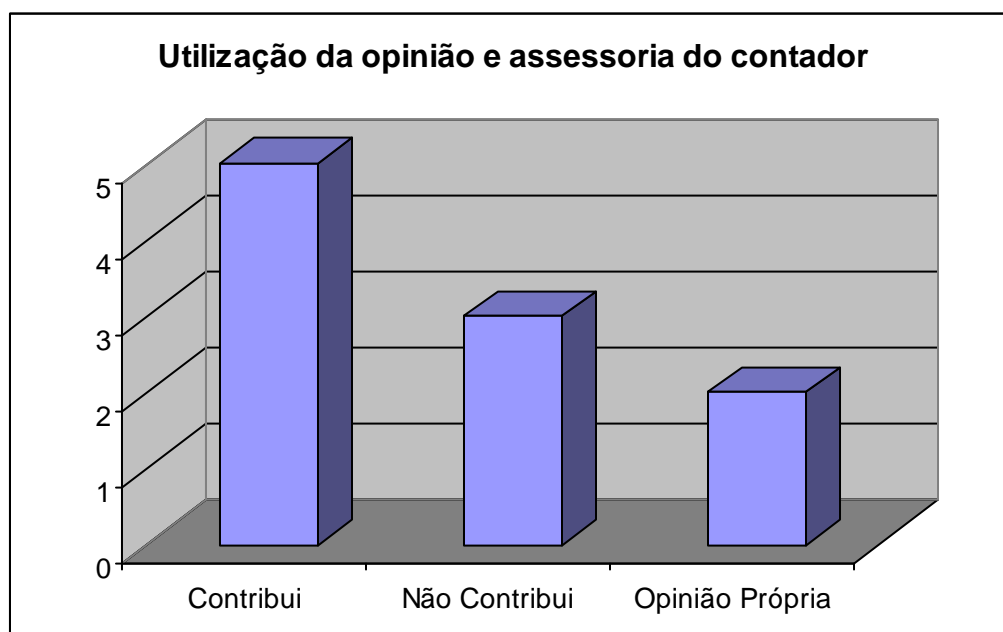
“A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões”. (2005, p. 27)

Através da coleta de dados, o contador processa todos os fatos ocorridos em determinado período, apurando resultados que são transformados em relatórios, as chamadas demonstrações contábeis, dos quais os usuários utilizam-se para a análise e tomada de decisão.

Durante a pesquisa realizada com os 10 empresários entrevistados, 5 disseram que utilizam totalmente a opinião do contador como auxílio na hora de tomar decisões, pois a visão técnica de um profissional aumentam as chances de a empresa alcançar o objetivo esperado, ou seja, diminuir nos gastos, render mais e obter maiores lucros, já que o contador por meio da elaboração contábil obtém conhecimentos acerca do que é viável e se é rentável ao não para a empresa.

Cerca de 3 entrevistados disseram que pedem orientação ao contador, mas que na maioria das vezes acabam realizando suas tomadas de decisões sozinhos, por acharem que a opinião de um profissional contábil não ajudaria, já que o mesmo não participa das funções ocorridas dentro de suas empresas no dia-a-dia. Utilizam a assessoria apenas para fins de legislação fiscal e departamento de pessoal, tais como apuração de impostos e contratação de funcionários.

Apenas 2 empresários disseram que não costumam pedir orientação ao contador, pois acreditam que esta responsabilidade é somente deles, como administradores, e que necessitam do profissional contábil apenas para a elaboração das demonstrações contábeis técnicas e obrigatórias exigidas pela Legislação, e ou, para a obtenção de declarações afins de adquirirem créditos e financiamentos.



*Gráfico 2: Utilização da opinião e assessoria do contador*  
*Fonte: Pesquisa*

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contabilidade teve um florescer muito grande durante o decorrer dos anos, através do desempenho de pessoas que transformaram a sua forma de elaboração, seja ela manual ou mecanizada, está presente praticamente em todo o meio comercial e industrial, sendo indispensável para o desenvolvimento de suas atividades durante toda a existência da empresa.

Este presente artigo teve como finalidade apresentar as demonstrações contábeis, bem como sua importância e objetivos, mostrando de forma clara todas as características e conseqüências que os relatórios evidenciam do Patrimônio.

E que a contabilidade rege sobre um conjunto de Leis e Princípios Contábeis que visam sempre a elaboração de relatórios e demonstrações contábeis em um segmento único e perfeito.

Foi apresentado resultados de pesquisa elaborada com empresários de diferentes atividades mercantis, ou seja, na área comercial, industrial e prestadoras de serviços. Apesar das diferenças do ramo de negócios, em todos os setores, foram adquiridos dados que mostraram como os empresários utilizam-se dos meios contábeis para as suas análises e tomadas de decisões e qual influência a contabilidade ou o contador tem sobre seu Patrimônio.

## 8. REFERENCIAL TEÓRICO

GOUVEIA, N. **Audidores Independentes: Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.ngea.com.br/anexos/palestras/CRC/NORMAS%20CONT2.pdf>. Acessado em: 26 de out. 2012.

GEISEL, E; SIMONSEN, M.H. **Presidência da República Casa Civil: Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm). Acessado em: 27 de out. 2012

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial: Atualizada conforme Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 e Lei nº 11.941/09** – 16ª edição – São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial** – 13ª edição – 2. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica** – 8ª edição – 2. reimpr. São Paulo: Editora Atlas 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial: atualizado conforme o novo Código Civil** – 6ª edição – São Paulo: Editora Atlas, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica** – 12ª edição reformulada e atualizada – São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

FRANZONI, Gervásio. **Contabilidade Geral** – São Paulo: FTD, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: uma introdução a prática contábil** – 2ª edição – São Paulo: Editora Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades / FIPECAFI** – 4º edição revisada e atual – São Paulo: Editora Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade** – 5º edição – São Paulo: Editora Atlas, 1997.

RIBEIRO, Osni Moura. **Análise de balanços** – 1º edição – São Paulo: Editora Saraiva, 1993.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7º edição. São Paulo: Editora Atlas. 2005, p.27